

**DE SINHÁ DE ENGENHO A DAMA DA CORTE:  
A CONDESSA DE BARRAL, PRECEPTORA DAS PRINCESAS IMPERIAIS BRASILEIRAS**

ANA CRISTINA BORGES LÓPEZ M. FRANCISCO<sup>1</sup>

Considerando o destaque social e histórico alcançado pela Condessa de Barral ao exercer a função de preceptora principal das herdeiras do trono do Brasil e que fora escolhida pelo próprio Imperador, D. Pedro II, após uma intensa busca junto a outras casas reinantes da Europa, este artigo tem como objetivo recompor parte da história de Luiza Margarida Portugal de Barros enquanto preceptora das princesas Isabel e Leopoldina.

Os inúmeros anúncios que sinalam os jornais oitocentistas comprovam que na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em especial na Corte imperial, era comum a contratação de preceptores para educação de filhos e agregados, em suas próprias residências (VASCONCELOS, 2005; 2007; 2008; 2009; 2011a; 2011b; 2013). Nessa época, a educação doméstica no Brasil apresentava as mesmas características que essas práticas possuíam em Portugal, tendo em vista ter sido trazida quando da vinda da família real e sua corte. Por sua vez, a nobreza portuguesa seguia os modelos franceses de educação feminina, cujas "Madames" educadoras, espalharam-se por diversos países (VASCONCELOS & RODRIGUES, 2011).

Até o século XIX, em Portugal, os mestres, professores e todos os que exerciam funções relacionadas à educação, em especial, os mestres encarregados da educação dos príncipes e princesas eram considerados como praticantes de uma função nobre, usufruindo, portanto, de todos os privilégios atinentes a essa situação na sociedade.

Com semelhanças originárias da nobreza portuguesa, na casa imperial brasileira, os preceptores gozavam de status elevado e tinham a responsabilidade sobre a educação dos futuros senhores imperiais, que era ministrada por professores de diferentes disciplinas, coordenados por um diretor de estudos. Ao preceptor cabia a filosofia básica que norteava a educação dada aos príncipes.

A educação doméstica dos príncipes era uma tarefa que requeria um constante acompanhamento, tornando o preceptor, a pessoa mais próxima dos infantes e detentor de um dos lugares mais importantes na corte dos soberanos.

---

<sup>1</sup> Universidade Católica de Petrópolis. Doutoranda no Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação da UCP.

Escolher os preceptores dos príncipes, também no Brasil, era uma tarefa quase de Estado, pois carregava uma forte representação das influências que seriam passadas aos futuros governantes. A eles cabia toda a condução da educação das crianças sob sua tutela. Ciente dessa responsabilidade, o Imperador D. Pedro II cogitou, ele mesmo, encarregar-se da educação das filhas. Em seu diário revelou: “o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, são meus principais divertimentos” (Idem, p. 164, apud VASCONCELOS, 2005, p. 67).

Todavia, apesar desse desejo, tendo em vista suas obrigações na Corte, o Imperador acabou empreendendo uma busca incessante para escolher a preceptora de suas filhas. As qualidades que o soberano procurava encontrar na aia das princesas se assemelham ao resumo das prescrições de Bastos (1854), acrescidas do fato de serem duas mulheres, a princesa Isabel e sua irmã, a princesa Leopoldina, que, portanto, teriam que receber a educação dada a um herdeiro do trono, reunida a melhor educação feminina disponível na época.

É nesse momento que entra em cena, uma mulher nobre, Maria Luiza Portugal de Barros, a condessa de Barral, que educará, como governante principal, as duas possíveis herdeiras do trono do Brasil, pois na falta da primeira, a outra seria a soberana.

Desde a sua chegada a Corte brasileira na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, até a morte do Imperador, já no exílio em França, a condessa de Barral e de Pedra Branca e marquesa de Montferrat, títulos que foi adquirindo ao longo da vida, a preceptora das princesas, estará reunida à família Imperial, seja no convívio dos paços imperiais, seja por meio de uma vasta correspondência, na qual exerceu um papel pouco atribuído as mulheres do seu tempo.

A família Borges de Barros surgiu na Capitania da Bahia, na metade do século XVII, com a união do capitão João Borges de Macedo com Maria de Barros. Ele, filho de Domingos Borges e de Maria da Penha, ambos naturais de Domdurão, Freguesia de São Tomé das Lamas, Termo da Vila de Cadaval, Arcebispado de Lisboa; e ela, filha de Salvador Vieira, natural da Ribeira de Suas, Termo de Braga. João Borges de Macedo notabilizou-se a partir de 1634, quando serviu ao Reino de Portugal, durante 17 anos efetivos, lutando nos conflitos ocorridos nas Capitânicas da Bahia e de Pernambuco contra os holandeses (Fr. Jaboatão, novo Orbe Seráfico, II, apud BARROS, 2007, p.1).

Como era hábito das famílias fidalgas daquele tempo, o filho fez os primeiros estudos na terra natal e depois foi enviado para fazer o secundário em Lisboa, no Colégio dos Nobres em 1792. Seguindo naturalmente o caminho dos "moços de boas famílias", em 1800, matriculou-se na Universidade de Coimbra, no curso de Filosofia. De volta ao Brasil, o novo bacharel do Reino, aos 35 anos, casa-se, na Bahia, com Maria do Carmo de Gouvêa Portugal, que aos 19 anos já era viúva do coronel Manoel Ferreira de Andrade. Dessa união, nasce Luiza Margarida Portugal de Barros, em Salvador, no dia 13 de abril de 1816.

Em seu diário, Luiza Margarida registra que nasceu em um sábado de aleluia. Del Priore (2008) completa a narrativa, contando que o nascimento se deu com a cidade em festa e com os escravos da casa esmerando-se com defumadouros e benzeduras que acreditavam ser para o bem-estar da recém-nascida. Como de praxe, foi logo batizada<sup>2</sup> em uma cerimônia em casa, recebendo como madrinha sua avó materna, Luisa Portugal. O batismo não significava somente uma cerimônia de purificação e promessa de assunção à religião católica, mas, sobretudo, “uma forma de comemorar a entrada da criança nas estruturas familiares e sociais” (DEL PRIORE, 2008, p. 17-19).

Assim, o registro de nascimento da futura condessa de Barral, foi assentado no Livro de Batizados da Freguesia da Sé, com o seguinte teor:

*No dia dezoito de julho de mil oitocentos e dezesseis no oratório do Dr. Francisco Borges de Barros, com licença de S. Exa. Rvdma. batizou solenemente e pôs os santos óleos o Rvdo. Padre Mestre Frei Joaquim de São Simplício, religioso Franciscano, a Luiza, “filha legítima de Dr. Domingos Borges de Barros e de D. Maria do Carmo Gouveia Portugal. Foram padrinhos o Brigadeiro Pedro Alexandrino de Souza Portugal e sua mulher D. Luiza Rosa de Gouveia Portugal. De que para constar fiz este assento que assinei”. (assinado) o Coadjutor Manuel Pereira de Souza. Nada mais consta. (BARROS, 2007, p.1).*

A segunda filha do, então, visconde de Pedra Branca, e seu irmão Domingos (com pouco mais de um ano de diferença), receberam todo o tratamento das crianças da elite do Recôncavo Baiano. Cercadas de mimos e atenção, amamentadas por amas de leite, passaram a infância nas

<sup>2</sup> À época do nascimento de Luiza Margarida, havia a crença de que o batismo deveria ocorrer dentro de oito dias após o nascimento. Com alto índice de mortalidade infantil nos primeiros dias de vida, acreditava-se que os bebês que morressem do “mal-de-sete-dias” iam direto para o limbo, sem passar pelo purgatório.

casas dos engenhos de São João e São Pedro, num contexto típico das primeiras décadas do século XIX, em que escravos, agregados, além de uma extensa parentela faziam parte de um cotidiano, onde a "sinhazinha", como seria chamada até a velhice pelos antigos escravos e serviçais, era preparada para fazer uma boa aliança de casamento e aumentar o patrimônio da família (DEL PRIORE, 2008).

Nesse período, anos de 1820, as primeiras letras eram ensinadas pelas próprias mães ou por outras mulheres letradas da família, disponíveis para essa tarefa. Com os dois filhos do visconde de Pedra Branca não foi diferente e, assim, cedo iniciaram o aprendizado tendo como primeira professora, a mãe, Maria do Carmo.

Do Recôncavo Baiano a família dirigiu-se para Paris, como também costumava fazer boa parte da elite e, em 1825, nesta cidade, após os festejos de final de ano, o pequeno Domingos, irmão mais velho de Luiza Margarida e portador de fragilíssima saúde, contraiu uma grave moléstia e, não resistindo, faleceu no dia 05 de fevereiro, em Paris.<sup>3</sup> Ainda que acostumados a constante perda de crianças, a dor do luto abateu a família e tanto a mãe como a irmã passaram a usar medalhões portando cachos de cabelo do infante<sup>4</sup>. Domingos, o pai, amargou por toda a vida a falta do filho (Barros, 1945)<sup>5</sup>, deixando a queixa derradeira registrada no seu testamento: “A morte o roubou em Paris” (DEL PRIORE, 2008, p. 57).

Luiza Margarida, convertida em filha única, sobreviveu à infância como uma criança de inteligência precoce, mas também muito frágil fisicamente, necessitando frequentemente de cuidados médicos. Tudo indicava que teria a mesma sorte do irmão, fato que fez com que o médico da família pedisse ao visconde que diminuísse a carga de estudos da filha. Numa intervenção mais incisiva, aconselhou à família que queimasse todos os livros, e a levasse para lugares onde pudesse brincar e andar pelas florestas, tendo em vista que o ar puro e as distrações seriam indispensáveis para a sua (BARROS, 2007, p.3).

Para Barros (2007, p.3) e Pinho (1959, p. 191), Luiza herdou do pai a cultura, os modos francos e agradáveis e a firmeza de caráter, que sempre chamavam atenção nos lugares pelos

<sup>3</sup> Domingos Borges de Barros Filho, morreu com 10 anos de idade; foi embalsamado e transferido para a Villa de S. Francisco e depois para a Capela do Engenho São Pedro, onde atualmente jaz.

<sup>4</sup> Muitos anos depois, Luiza mantém essa prática usando um medalhão em forma de relicário, com um cacho de cabelo de seu filho único, Dominique. A jóia, atualmente, pertence ao acervo da família.

<sup>5</sup> Na ocasião da perda do filho, Domingos escreveu a poesia “*Os túmulos*”, publicada posteriormente em livro. O prefácio foi de Afrânio Peixoto.

quais passou. Por meio de sua educação francesa, adquiriu vários conhecimentos: falava e escrevia fluentemente as principais línguas da época, francês e alemão, além de ler literatura clássica nem sempre disponível às mulheres. A sua condição de mulher de elite, muito bem-educada e com uma personalidade marcante, serviu-lhe para construir uma reputação que, mais tarde, iria aproximá-la de uma das principais casas reais europeias.

Além disso, sua educação possuía traços cosmopolitas para a época, que só poderiam ser adquiridos por mulheres que tivessem a oportunidade de conhecer outras culturas para além dos salões parisienses, o que era o caso de Luiza, que acompanhou o pai, visconde de Pedra Branca, em muitas viagens diplomáticas, conhecendo vários países da Europa<sup>6</sup>.

Contudo, grande parte de sua infância e quase toda a juventude foram passadas na França, o que contribuiu consideravelmente para seu alto grau de cultura, destacando-a, em termos de educação, das mulheres da elite brasileira da época.

Luíza Margarida reunia, portanto, "o casamento de inteligência e espírito e, sobretudo, extrema feminilidade". Del Priore (2008), em seu livro *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*, narra como era o perfil da condessa:

*Se suas contemporâneas eram convidadas a obedecer, a manter os olhos baixos, a não fazer perguntas e a não desagradar o sexo oposto, Luisa era o contrário. Dona de personalidade forte, culta, poliglota e elegante, não deixava escolhas: era amada ou detestada. Não se submetia jamais ao despotismo dos homens: nem do pai, nem do marido. Menos ainda ao das mulheres. Sua formação se deu entre os melhores livros e professores, num dos países mais avançados da Europa – a França. Órfã de mãe, muito cedo se aliou ao pai, que lhe ensinou como funcionava um mundo onde os homens eram eis (DEL PRIORE, 2008, p. 16).*

Seis anos depois da morte do irmão, nova tragédia abate a família. Na esperança de suprir a falta do filho, Maria do Carmo engravida novamente. Não obstante, no decorrer de um parto muito conturbado, mãe e filho morrem no dia 06 de março de 1831. Desgostoso e muito abalado, o visconde de Pedra Branca atribui à cidade de Paris toda sua mágoa e raiva, visto ter sido o lugar onde perdeu “suas afeições mais caras”. Acompanhado da governante inglesa

<sup>6</sup> Diário de "Luiza de Pedra Branca, Condessa de Barral". IHGB, não indexado.

senhorita Blair, parte com Luiza Margarida para Boulogne-Sur-Mer<sup>7</sup>. Nessa ocasião, a menina conhece as senhoritas Maude e Hartwell e tornam-se grandes amigas. Da mesma forma, o senhor Hartwell e o visconde de Pedra Branca tornam-se bons amigos, a ponto de, quando pressionado pelos correligionários para ocupar seu posto no Senado, voltar para Brasil, deixando a filha aos cuidados da família Hartwell<sup>8</sup>.

O visconde de Pedra Branca parte para o Rio de Janeiro no mesmo navio em que viajavam para esse destino, o conde de Saint-Priest, então nomeado ministro da França no Brasil e seu jovem primo, o visconde de Barral, que se torna amigo de Pedra Branca. Esta amizade conduziria o visconde de Barral, em seu retorno à França, a procurar o seu velho amigo e conhecer sua filha, de quem se enamorou e com quem se casou algum tempo depois<sup>9</sup>. Nessa ocasião, nascia a viscondessa de Barral.

O casamento de Luiza Margarida já é por si só, uma história diferente daquelas comuns em seu tempo. Desde a sua infância, como era costume entre as famílias de elite, o visconde de Pedra Branca apalavrou a união da filha com seu amigo de juventude Miguel Calmon du Pin e Almeida, o futuro marquês de Abrantes. Além de "feio e velho" (Del Priore, 2008, p. 68), pois tinha vinte anos a mais, casar-se com ele significaria voltar para o Brasil. Aliado a isso, o ponto crucial do rechaço ao casamento arranjado pelo pai consistia no fato de Luiza já estar enamorada pelo "belo e jovem", visconde de Barral e marquês de Montferrat. Desfeito o contrato de casamento com Calmon du Pin, quase um ano depois, Luiza Margarida ficou noiva do visconde de Barral, em junho de 1836.

No dia 19 de abril de 1837, Luiza Margarida se casava em Boulogne-Sur-Mer, com Jean Horace Joseph Eugène, visconde de Barral, marquês de Montferrat e De La Batie D' Arvillars,

<sup>7</sup> Boulogne-sur-Mer é uma cidade e comuna francesa na região administrativa de Nord-Pas-de-Calais, no departamento de Pas-de-Calais, à borda do Canal da Mancha.

<sup>8</sup> Consta ainda numa das anotações do diário de Luiza Margarida, a informação de que em Boulogne-Sur-Mer, encontra sua amiga Camila Leonor Julia Gameiro, filha de Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, visconde de Itabaiana. Camila Leonor nasceu em 22 de fevereiro de 1817 e teria estudado em Coimbra até 1822. Posteriormente, em Paris, Camila estudou "Matemáticas".

<sup>9</sup> No século XVIII, um Barral casou-se com uma Beauharnais e um neto deles foi o marquês Alexandre Beauharnais, que se casou com Augusta da Baviera, dos quais nasceu Amélia, segunda Imperatriz do Brasil. (BARROS, 2007, p.2 e MONTEIRO, 1962, p.29).

nascido na França a 19 de outubro de 1812, filho de François Joseph Amédée Hyppolyte de Barral e de Cathérine Robin de Scevole. (BARROS, 2007, p.2).

Em 1839, o visconde de Pedra Branca retorna ao Brasil, dessa vez, acompanhado do jovem casal. Diplomata, o visconde de Barral pede demissão e segue a esposa para passar uma temporada nos engenhos da Bahia. Luiza Margarida regressa ao Brasil agregando o título de viscondessa de Barral.

Detentora de vários predicados positivos, a “menina de engenho” faz-se notar na aristocracia parisiense. Depois de sua estada no Brasil, Luiza Margarida e o marido voltam a residir em Paris. Com o título de nobreza de viscondessa de Barral, administra um seletto salão de chá, de cunho literário e artístico, com endereço na Rua d’Anjou: "Ali apareciam, às vezes, o compositor Frédéric Chopin, os pintores Franz e Hermann Winterhalter, o bibliotecário Landresse, o cantor Lablache, o arqueólogo Teixier, etc" (MAGALHÃES JUNIOR, 1956, p.4).

Sete anos depois, em 1843, a princesa Francisca de Bragança, irmã do jovem Imperador do Brasil, D. Pedro II, se casa no Rio de Janeiro com o príncipe de Joinville, terceiro filho do rei da França, Luiz Felipe de Orléans. Nas palavras de Magalhães Junior (1956), o príncipe de Joinville leva Francisca do severo e pobre palácio de São Cristóvão para o deslumbramento da pomposa Corte francesa, na qual a princesa brasileira se sentia desamparada, sem ambiente e esperançosa em achar uma amiga com quem pudesse exprimir-se em sua própria língua natal. Os ventos sopram a seu favor e Francisca encontrou na jovem viscondessa de Barral, sua patrícia e amiga, a confidente de que precisava. Para tanto, obteve do sogro que a nomeasse sua "Dama de Honor", com direito "a talher na mesa do Rei, além de carruagem da Casa Real" (MAGALHÃES JUNIOR, 1956, p. 5).

Após três anos junto à princesa de Joinville, em 1847, Luiza Margarida retorna ao Brasil em companhia do marido para outra temporada no engenho. No ano seguinte, com a Revolução de 1848, na França, o rei Luiz Filipe é destronado e o casal decide permanecer no Recôncavo, ao lado do visconde de Pedra Branca que já estava com idade avançada e enfermo. “Francesa na França, pela educação e pelo casamento, era a Barral brasileira no Brasil pelo sangue, pelo nascimento e pelo sentimento” (MAGALHÃES JUNIOR, 1956, p.5).

Dedicam-se, então, à vida rural. A vida no Engenho de São João era simples e parecia agradar ao casal. Barros (2007) informa-nos que, se de um lado o visconde Barral percorria a



cavalo as vastas plantações de cana de açúcar e administrava os trabalhos de fabricação do açúcar, por outro, Luiza Margarida passava o tempo lendo para o pai ou ensinando o catecismo para as crianças do engenho.

Del Priore (2008), também nos conta sobre sua vida rural nessa época. A autora conta do bom relacionamento com os escravos, narrando situações que demonstravam a intimidade da viscondessa com aqueles que lhe serviam no engenho. Os escravos, com as respectivas famílias, que eram nascidos e criados no Recôncavo e que a conheciam desde menina, eram tratados pelo nome – Venâncio, Cazuzinha e outros – enquanto aqueles que eram recém-chegados e que, portanto, não tinham identidade com a terra e com a gente, eram tão somente, os “negros”. Destaca a autora, que a Luiza Margarida ensinava balé às negrinhas. Que lhe agravada ver os filhos de escravos nadando no rio e de assisti-los dançando o lundu; de conversar com os escravos quando os encontrava durante um passeio no cair da noite. Com interesse e zelo, registrava em seus diários os variados acontecimentos no cotidiano dos seus negros conhecidos. Todavia, a autora pontua que a viscondessa não abria mão da disciplina e que sempre que necessário, aplicava os castigos que entendia necessários. (DEL PRIORE, 2008, p. 88-89). Da mesma forma, Pinho (1959, p. 191-193) dialoga com os autores ao contar-nos sobre o dia-a-dia da viscondessa no engenho e sua estreita relação com seus escravos.

Depois de 16 anos de casamento, amargando a frustração de não ter um filho, o inesperado acontece e Luiza Margarida apresenta sintomas de gravidez. No dia 17 de fevereiro de 1854, nasce Horace-Dominique. A escolha do nome deu-se em homenagem ao poeta preferido do visconde de Pedra Branca, Horácio.

Meses depois, uma terrível epidemia assola a Bahia, com a cólera contabilizando centenas de vítimas. A epidemia atingia os campos em menor escala e os amigos aconselharam que ela deixasse sua casa da cidade, onde havia dado à luz, e se refugiasse com o bebê e o visconde de Pedra Branca no Engenho, onde já se encontrava o marido. Luiza Margarida estava de partida para o Engenho quando soube do estado de precariedade de muitos órfãos, que o medo e o acaso condenavam ao abandono e, sem dúvida à morte, cujos pais haviam sucumbido na epidemia. Imediatamente optou por ficar e socorrê-los (BARROS, 2007, p.7). Contando com o apoio de alguns amigos, estabeleceu uma forma de angariar donativos e fixou um lugar para montar abrigo e receber as crianças desvalidas. Além disso, liderava algumas senhoras da



Bahia, que se organizaram em grupos de apoio e trabalho, umas, deslocando-se para os locais infectados pela cólera, a fim de recolherem as crianças; outras percorrendo a cidade para angariar donativos. Em poucos dias, o asilo provisório estava fundado. Coordenou pessoalmente o orfanato da Providência<sup>10</sup>, até o dia em que delegou para as irmãs de São Vicente de Paula, que chegaram às pressas a Bahia para ajudar nesse mutirão. Essas irmãs vicentinas foram as primeiras, desta congregação, a serem introduzidas no Brasil. (BARROS, 2007, p. 8-9).

Pouco tempo depois, o pai, Domingos ficou paraplégico de ambas as pernas e, necessitando de constantes cuidados médicos, não tinha mais condições de continuar a viver na fazenda.

De acordo com o relato de Barros (2007, p.10), Luiza Margarida estava no Engenho quando soube que seu pai havia tido uma recaída e estava muito mal. Chovia torrencialmente na região e as estradas estavam intransponíveis. O trajeto, normalmente feito entre quatro e cinco horas, levaria entre 12 a 15 horas, com a lama chegando até a barriga dos cavalos. Ciente dessa situação precária, mas determinada a ver o pai, não hesitou em montar seu cavalo e partir, acompanhada de um velho escravo de sua confiança. Todavia, as águas dos rios que atravessavam a estrada de Santo Amaro derrubaram a ponte por onde passariam. Sua ousadia e determinação, mais uma vez, se destacaram, quando, ao perceber que talvez ficasse sem notícias caso tentasse contornar o rio, ou ainda, que corria o risco de perder o vapor de Santo Amaro, não perdeu tempo, e atravessou o rio a nado.

O inusitado comportamento da viscondessa também foi apontado por Pinho (1959) quando da sua narrativa sobre a dificuldade em encontrar o pai doente. Ao referir-se à travessia do rio por nado, já que as estradas estavam intransponíveis, o autor comenta que

*E atirando o roupão de montaria que amarrou à sela, atirou-se à torrente antes que o escravo receoso e admirado a pudesse reter. Algumas horas mais tarde estava ela à cabeceira do pai.*

---

<sup>10</sup> Fundada no dia 09 de julho de 1854, a Casa da Providência foi a primeira obra de assistência social feminina no Brasil. Por ordem do Arcebispo Dom Romualdo Antonio de Seixas e iniciativa da Viscondessa de Barral teve como primeiro nome, “Confraria das Senhoras da Caridade” e sua primeira sede foi o prédio número 19, ao lado da Igreja do Rosário no Pelourinho. (BARROS, 2007, p. 9).

*Essa nota de impavidez era uma das características da Condêssa de Barral, tão temerária nas grandes circunstâncias como em levianos lances esportivos. (PINHO, 1959, p. 196).*

O visconde de Pedra Branca morre em 20 de março de 1855. Possuidora de considerável herança paterna, Luiza Margarida continuou a viver na Bahia, dedicando-se aos engenhos, juntamente com o marido, quando, em 1856, recebe um convite inusitado.

Em janeiro de 1856, o Imperador D. Pedro II iniciava uma intensa busca por uma aia capaz de educar suas filhas, as princesas herdeiras do trono do Brasil, Isabel e Leopoldina. Sua intenção era dar às princesas uma educação refinada, baseada nos modelos europeus, mas, principalmente, adaptada ao lugar e ao provável destino de uma de suas filhas, que seria de governar a nação brasileira. Para tanto, o Imperador escreve a diferentes casas nobres europeias, nas quais possuía familiares, buscando conselhos e indicações sobre possíveis candidatas a tão "nobre missão".

Luíza Margarida Portugal de Barros é insistentemente indicada pela princesa de Joinville para ser a preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, ciente da responsabilidade que tal função implicava.

Pelas mãos de um mensageiro, chega ao Engenho em Santo Amaro, um envelope lacrado com as armas de Bragança e a indicação do mordomo da Casa Imperial. Na missiva, Paulo Barbosa da Silva informava que o Imperador escolhera confiar-lhe a orientação da educação de suas filhas, Isabel e Leopoldina, em atenção ao fato de ter sido dama de honra de sua irmã, Francisca. A mana Chica<sup>11</sup>, por sua vez, através de suas cartas, não se cansava de tecer inúmeros elogios à viscondessa, cuja fama de saber, coragem e virtude chegara até a Corte.

Ainda que bastante lisonjeada com o inesperado convite, a viscondessa não respondeu de pronto. Além disso, foi bastante prudente nas respostas às cartas seguintes, solicitando pormenores e inclusive, estabelecendo algumas condições ao mordomo da Casa Imperial para cogitar o aceite da proposta. No olhar de Magalhães Junior (1956, p.7), não havia ninguém melhor do que uma brasileira que conhecesse intimamente a Corte e sua etiqueta, para

---

<sup>11</sup> "Mana Chica", era a forma carinhosa com que o Imperador D. Pedro II chamava sua irmã, a princesa D. Francisca, princesa de Joinville.

desempenhar a tarefa para a qual a Imperatriz não estava capacitada. “Ninguém melhor que a Barral”.

Na resposta à primeira carta de Paulo Barbosa, a viscondessa cobrou notícias anteriores do mordomo da Casa Imperial, uma vez que não havia recebido as condolências quando comunicou a ele, por carta, da morte do pai. Como aponta Magalhães Junior (1956), "era a Barral, mostrando seu gênio forte e humor sarcástico já no início de uma convivência que viria a ser longa".

*São João, 26 de março de 1856 – Exma. Snr. – estou no Engenho, longe da Bahia, e por aqui me veio ter uma enigmática cartinha de V. Ex. pedindo resposta de outra que me diz ter dirigido há mais tempo, e que até hoje não me veio à mão. Talvez o correio não a quisesse entregar por vir Segura. Vou mandar mexer nos escaninhos dessa detestável administração, para ver se descubro sua carta, e se satisfaço minha curiosidade vivamente despertada. O que poderá V. Ex. ter que me dizer em duas cartas, quando eu espero a sua há mais de um ano tendo-lhe dado parte da morte de meu Pai? Em vez de uma carta sua, vou provavelmente encontrar duas no correio, porque parece-me impossível que V.Ex. nem gastasse comigo uma folha de papel em troca de tantas recordações de Montmorency e de Paris... A memória menos rebelde na Bahia de que no Rio, guarda fiel lembrança de seus amigos, e por isso rogo a V. Ex. o obséquio de apresentar meus afetuosos cumprimentos a Snra. D. Francisca, permitindo a meu Marido de se pôr aos pés de V. Ex. de quem sou – Mto. Atta. Vem e obr. – Viscondessa de Barral.*

A seguir, a viscondessa recebe, então, não só as explicações de Paulo Barbosa como ainda, uma carta da princesa Francisca, na qual, não só a mesma a autorizava a ficar na Corte do Brasil, como insistia para que aceitasse a função de educar as princesas imperiais.

No dia 04 de abril de 1856, Luiza Margarida dirige uma carta a Paulo Barbosa lembrando que era casada com um francês, o qual residia temporariamente no Brasil. Destaca sua condição de mãe e o dever de, acompanhando sua família, regressar à França. Demonstrando a preocupação em começar uma nova vida no Rio de Janeiro, já que suas propriedades e fortuna de família estavam na Bahia e em França, escreve “que peso fêz V. Ex<sup>a</sup>. cair sobre o meu coração, dizendo que, não aceitando eu esse cargo, caber-me-ia parte da responsabilidade dos males que podem vir ao Brasil!”.

Logo em seguida, embora sem muitos sinais de aceitação, a viscondessa refere-se a questões práticas no desempenho do cargo, caso viesse a concordar: Qual seria o seu lugar e posição na Corte, nos dias úteis e em dias de gala? Quem escolheria a *institutrice*, que, na sua ausência, deveria acompanhar as princesas, e lhes dar aulas? E de quem dependeria essa funcionária? Onde, ela mesma iria morar (pois sendo casada, não seria possível residir no Paço)? Conhecendo a Corte da França, Luiza Margarida termina por questionar o mordomo: “Explique-me qual seria o cerimonial e etiqueta da Corte do Brasil – com quem jantaria eu, e à custa de quem? Qual o meu *traitement*?”.

A resposta é minutada pelo próprio Imperador:

*A aia para as Princesas é cada vez mais precisa, para a conveniente educação. A Viscondessa de Barral é quem reúne a maior parte das condições desejadas para semelhante cargo, e portanto estou pelas condições propostas, ficando bem claro que ela há de morar nos lugares determinados pelo papel que lhe mandei de Petrópolis (MONTEIRO, 1962, p.32).*

A carta de resposta, lavrada pelo mordomo imperial, encontra-se no “Arquivo Paulo Barbosa” do Museu Imperial de Petrópolis. Nela, são dirimidas as questões elencadas pela viscondessa, informando que ela seria feita dama da Imperatriz, ocupando assim, uma categoria igual à dos criados de maior representação junto às princesas. Ainda, salientava que todas as questões relativas à educação das mesmas estariam sob sua vigilância. Quanto à moradia, poderia ter lugar no Paço de São Cristóvão, ou da cidade, ocupando os aposentos que tinham pertencido à condessa de Belmonte<sup>12</sup>, com entrada separada. Caso houvesse necessidade de uma *institutrice*, seria escolhida a partir da indicação da viscondessa a quem ficaria subordinada “em tudo e por tudo”. Comería à custa do Imperador e no seu próprio aposento. Receberia 12.000 francos por ano e uma pensão vitalícia de metade desse valor, depois de finda a educação das princesas. Também a cargo do Imperador ficaria a educação de Dominique, seu único filho, até que tivesse uma carreira. Finalmente, teria uma carruagem para andar com as devidas equipagens.

<sup>12</sup> Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, primeira e única Condessa de Belmonte, foi camareira-mor na época do Primeiro Império. Foi a responsável pelos estudos iniciais de D. Pedro II.

Após diversas tratativas, Luiza Margarida Portugal de Barros aceita o convite registrando, contudo, suas condições para exercer a função que lhe era solicitada pelo Imperador.

Meses depois, uma corveta<sup>13</sup> de guerra vinha buscar na Bahia a preceptora das princesas brasileiras, nomeada Dama de Palácio, por decreto de 31 de agosto de 1856, levando-a, com grandes honras, ao Rio de Janeiro. Já condessa de Barral<sup>14</sup>, permaneceu algum tempo no palácio de São Cristóvão, entretanto, a residência não agradou seu marido que não se sentia confortável e o casal se instalou numa grande e bela casa, situada nas proximidades da Quinta Imperial, numa casa pertencente ao visconde de Mauá, na Rua Nova do Imperador. Mudaram-se pouco tempo depois, para a Rua Bela de São João e mais tarde para a Rua da Princesa, hoje Catete.

Para a escolha da *institutrice*, trocou várias cartas com a rainha Maria Amélia de Orléans, que acabou por lhe indicar *mademoiselle* Victorine Templier. Além de *mademoiselle* Templier, outros professores auxiliaram a condessa de Barral na educação das princesas. Jules Toussaint, como professor de dança; Joaquim Manuel de Macedo autor de *A Moreninha* e *O moço Loiro*, como professor de história. E a condessa de Barral, o que ensinava? “Segundo um escritor da época, monsenhor Joaquim Pinto de Campos, várias vezes deputado por Pernambuco e autor da primeira biografia de Pedro II, à ‘respeitável’ Sra. Condessa de Barral cabia ensinar pedagogia” (MAGALHÃES JUNIOR, 1956, p.15).

A Princesa Isabel, então com 10 anos de idade, faz uma anotação em seu diário, em 09 de setembro de 1856: “Veio hoje, pela primeira vez, minha aia a Condessa de Barral, e dei com ela princípio ao estudo da língua francesa, dei lição de piano”. Ainda registrando seu cotidiano junto à condessa, no dia 20 de novembro de 1856, escreve: “Não fui passear, porque dei a minha primeira lição de dança”.

Magalhães Junior (1956) informa sobre um artigo publicado na *Revista Popular*, volume X, ano 1861, intitulando uma gravura com *A Augusta Família Imperial*, que trazia o seguinte texto com referência a condessa de Barral:

---

*Pai extremoso, vela (o imperador) com o maior cuidado sôbre a educação da sua prole, sabendo, como profundo filósofo, que esta é a mais bela herança que lhe pode deixar. Como outrora Felipe de Alexandria, que se felicitava que lhe nascesse um filho em tempo de ser discípulo de Aristóteles, folgou o Imperador em encontrar na senhora Condessa de Barral uma hábil preceptora, que com raro talento forma o coração das jovens princesas. (MAGALHÃES JUNIOR, 1956, p. 15).*

Del Priore (2008, p. 13) atribuiu à condessa de Barral o adjetivo de ter sido uma “camaleoa”. Luiza Margarida demonstrou-se ser moldável aos vários ambientes que frequentou, desde as Cortes de reis, na França de Luis Filipe, ao Rio de Janeiro e Petrópolis de D. Pedro II; até a Província da Bahia e aos seus Engenhos no Recôncavo.

Certo é que a condessa de Barral, além de responsável pela educação das princesas, tornou-se, cada vez mais, membro atuante e indispensável nas questões relativas à Corte brasileira<sup>15</sup>, além de ter uma imensa influência sobre a princesa Isabel.

Com a morte do conde de Barral, em 21 de março de 1868 em Paris, a condessa de Barral e de Pedra Branca, retomou os ideais abolicionistas do seu pai. Por cláusula testamentária, concedeu alforria a muitos cativos. No ano anterior, já declarara livres os nascituros de todas as suas escravas, antecipando a realização do principal objetivo da Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre, promulgada três anos após. Os frades da Ordem de São Bento, entre os quais havia vários Santoamarenses, seguiram os passos da condessa de Barral, libertando os 4000 escravos que a Ordem possuía. Bem antes de começar no país, em 1880, o movimento popular em prol da abolição, a Condessa já havia libertado todos os escravos que ainda, estavam, em grande quantidade, ao seu serviço nos engenhos.

Os diários de viagens da Condessa de Barral trazem as informações de todos os itinerários em que acompanhou a Família Imperial. Meticulosamente anotados, os compromissos cumpridos são, invariavelmente, acompanhados de alguma observação.

Contudo, também se pode afirmar que a condessa de Barral não passou sua existência transitando pelas Cortes e pela alta sociedade, com desembaraço e ousadia, sem que despertasse

---

<sup>15</sup> Concluída a função de preceptora, D. Pedro II, impressionado com a habilidade intelectual da condessa de Barral, concedeu-lhe em 16 de dezembro de 1864, em memória do seu pai, o título de condessa da Pedra Branca. Além do título, ofereceu-lhe valioso honorário vitalício, que ela não aceitou.

antipatias e hostilidades. Nesses momentos, a veia política da preceptora governava com maestria, neutralizando de forma sutil tais inconvenientes e os convertendo, sempre que possível, em alianças e amizades.

O Imperador se destacava pela simplicidade, pelo gosto das ciências e artes, pela cultura. A Imperatriz era a personificação da bondade. Quanto a Barral, brilhava, “ajudada do talento e de seus dotes literários” (PINHO, 1959, p.180).

Também é lembrado por Pinho (1959), o conteúdo de uma nota do Imperador com texto enérgico na defesa da preceptora das princesas, em relação à oposição palaciana que sofria. A nota, sem data, é escrita a próprio punho e entregue ao mordomo Paulo Barbosa, com o seguinte teor:

*“O Imperador espera que a dama e a açafta do quarto de S.A.I. não continuarão a contrariar por seus actos e palavras a influencia que deve a Condessa de Barral ter sobre a educação de S.S.A.A. que por S.M. Imperador lhe foi commettida, evitando assim que o mesmo Augusto Senhor se veja obrigado a tomar alguma medida severa”.*

No período em que foi preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, a Condessa tornou-se um parâmetro do ideal de *governess*, dedicada a educação das principais personagens femininas que iriam atuar e conduzir as circunstâncias sociais, econômicas e políticas do devir na História do Brasil. Ora, tal missão não poderia ser confiada a alguém que não estivesse à altura da responsabilidade que este cargo implicava e que, provavelmente, deve ter sido testada por diversas vezes e por pessoas e Instituições (com seus interesses diversos) tendo superado a todos e a tudo que estivesse em seu caminho, haja vista a longevidade de sua permanência na condução da educação das princesas.

Luiza foi uma representante exemplar da mulher aristocrata e nobre de seu tempo. Nasceu e cresceu num engenho, e depois da primeira infância, estudou na Europa. Voltou ao Brasil; serviu na Corte Francesa e depois, na brasileira. Transitou com maestria entre dois mundos, o arcaico e o moderno. Foi uma das pioneiras em demonstrar independência e audácia ao escolher seu marido, em detrimento daquele escolhido pelo pai. Vivenciou e enfrentou várias revoltas, de escravos no Recôncavo Baiano e de republicanos e anarquistas da França. Ousada também, em defender o abolicionismo. “Costurava” alianças e pensava



em dinheiro de forma moderna. Luíza era o casamento de inteligência e espírito e, sobretudo, era extremamente feminina.

A trajetória da condessa de Barral junto à Família Imperial brasileira irá se estender até o exílio de D. Pedro II, na França, quando os exilados se tornam, também, hóspedes da Condessa, em seu castelo de Voirón.

Apesar dos dissabores ou de sua participação ativa no fim de uma era, durante toda a segunda metade do século XIX, Luíza Margarida Portugal de Barros será uma personagem marcante no cenário do Império brasileiro, exercendo uma forte influência sobre o Imperador e a princesa Isabel, a quem educou e supervisionou em seus estudos e mestres contratados.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BARROS, Domingos Borges. *Os túmulos*. 4. ed. Com um estudo sobre o poeta precursor do romantismo. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1945.

BARROS, Roberto Borges de. <http://borgesdebarros.blogspot.com.br/> Acesso em 13/09/2012.

CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MAGALHÃES JUNIOR, R. *D. Pedro II e a Condessa de Barral*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1956.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. Gryphus, 2005.

\_\_\_\_\_. A educação doméstica no Brasil de oitocentos. Natal: RN, *Revista Educação em Questão*. Departamento e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, v.28, n.14, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. A educação na casa: uma prática das elites portuguesas e brasileiras no século XIX. In: SOUZA, D. B. & MARTINEZ, S. A. *Educação comparada: rotas de além-mar*. São Paulo: Xamã, 2009.

\_\_\_\_\_. A educação feminina no Brasil oitocentista: a mãe e mestra. *Gênero* (Niterói), v. 9, p. 78-96, 2011a.

\_\_\_\_\_. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina In: FRANCO, Sebastião Pimentel & PALHARES SÁ, Nicanor (Orgs.). *Gênero, etnia, e movimentos sociais na história da educação*. Vitória - ES: Edufes, 2011b, v.9, p. 1-25. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil - SBHE).

VASCONCELOS, M. C. C.; RODRIGUES, M. G. D. *Mulheres educadas e mulheres educadoras no Brasil oitocentista: perspectivas biográficas de Madame Diémer*. In: RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; MANZKE, José Fernando; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. (Org.). *Mulheres, professoras, artistas e intelectuais: ensaios biográficos*. São Luis - MA: EdUFMA, 2011, v. 1, p. 32-46.